



Tombini diz ao Congresso que inflação cai no segundo semestre

Presidente do Banco Central participou de audiência pública com senadores e deputados

Alexandre Tombini disse que o BC fará o necessário “para colocar a inflação em declínio no segundo semestre”, em direção ao centro da meta: 4,5%. Ele projetou crescimento de 3% do PIB em 2013. **11**



Reina Franco/Agência Senado

Ao lado do senador Lobão Filho (C), presidente da Comissão Mista de Orçamento, Tombini (2º à esq.) avalia que a economia brasileira está em recuperação gradual

Plenário autoriza US\$ 200 mi para saneamento em Pernambuco 9

Tratamento de câncer deve ter início imediato, aponta debate 5

Vanessa analisa papel político das mulheres no Mercosul 6



Sem praias, as ilhas da região apresentam costões de rocha que afloram do mar. Servem de berçário para aves e local de pesquisas científicas

Parque nacional no Paraná vai a sanção

Milhares de aves, além de espécies marinhas, serão preservadas com a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, conforme projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Proposta surgiu devido ao crescimento das atividades de pesca na região, que tem águas límpidas e biodiversidade. **8**

Declarações do presidente do STF repercutem entre parlamentares 2

Comissão vê como exemplo a educação na Finlândia 4

Portal deverá facilitar relações entre famílias e domésticas 3

Aprovado aumento de cota em free shops 7

Diretor da OMC agradece ao Congresso 7



Jane de Araújo/Agência Senado

Dornelles (E), Ferraz, Inácio e Flexa (D) acompanham encontro de Roberto Azevêdo e Renan Calheiros (ao centro)



Arthur Monteiro/Agência Senado

Eduardo Suplicy acompanha exposição de Cláudio Fonteles em debate ontem

Fonteles defende pena menor em primeira condenação por aborto

Ex-procurador-geral da República, Cláudio Fonteles criticou iniciativa que prevê prisão pela prática de aborto, durante debate

na Comissão Especial do Código Penal. Ele sugeriu legislação nos moldes da Lei Maria da Penha para amparar grávidas. **12**

Presidente do Supremo Tribunal Federal disse que o Congresso é ineficiente e dominado pelo Executivo. Para o presidente do Senado, afirmações “não colaboram com o fortalecimento das instituições”

Renan reage a declarações de Joaquim Barbosa

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que as declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, “não colaboram com o fortalecimento das instituições”. Barbosa afirmou na segunda-feira que os partidos “são de mentirinha” e que o Congresso é “ineficiente e inteiramente dominado pelo Executivo”. As declarações foram feitas durante palestra proferida em uma universidade de Brasília.

Horas depois, a assessoria de imprensa do STF divulgou nota na qual informa que Barbosa estava no evento “na condição de acadêmico e professor” e que “não houve



Renan diz que é difícil definir se quem falou foi o chefe do Judiciário ou o professor

a intenção de criticar”. — Fica muito difícil nessas horas você saber se quem falou foi o chefe do Poder Judiciário ou o professor. De qualquer modo, a declaração não

colabora com o fortalecimento das instituições — avaliou o presidente do Senado.

Veja infográfico sobre a polêmica: <http://bit.ly/infoEmbate>

Collor alerta para risco de crise entre os Três Poderes

Fernando Collor (PTB-AL) também comentou as declarações de Barbosa sobre o Congresso. Em Plenário, o senador manifestou preocupação com a possibilidade de instalação de uma grave crise institucional entre os Poderes da República brasileira.

Para Collor, o cenário de “distonia” entre as três instâncias de Poder no país fere a Constituição.

— As recentes declarações públicas do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, com críticas diretamente jocosas ao Poder Legislativo e aos partidos políticos afrontam a Lei Maior do país — disse. O senador criticou a

“inversão de valores e de representatividade” no que tange às instituições, classes e agentes públicos do país e considerou as declarações de Barbosa como um claro indicio da situação de esfacelamento institucional existente no Brasil.

O senador tomou como ainda mais graves as críticas de Barbosa por se tratar não apenas de um simples membro do Poder Judiciário, mas de um ministro que ocupa a presidência da Suprema Corte.

— Não adianta alegar que as declarações foram dadas no universo acadêmico. O ministro Joaquim Barbosa foi convidado a palestrar exatamente por



Collor classifica as declarações como “insubordinação com a vida pública”

ser o presidente do STF. Sua figura e suas funções são indissociáveis — afirmou.

Na avaliação de Collor, não são pequenas as chances de que “momentos de insubordinação com a vida pública”, como o protagonizado pelo presidente do STF, resultem em um período de autoritarismo na vida política do país.

Senado aguarda quatro medidas provisórias

Quatro medidas provisórias estão em análise no Plenário da Câmara dos Deputados e podem perder a validade no início de junho. O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou ontem que o Senado não vai analisar MPs enviadas “em cima da hora”, sem tempo adequado para exame do conteúdo.

Renan voltou a afirmar que o Senado não votará medidas provisórias que cheguem com prazo inferior a sete dias de perda da validade, mas se mostrou

otimista quanto ao encaminhamento pelos deputados dessas MPs dentro do prazo determinado.

— A última dessas quatro medidas provisórias vai expirar no dia 3 de junho. Portanto, a Câmara deve votar para que tenhamos pelo menos sete dias. Esse foi um compromisso assumido com a Casa e o com o país — assinalou Renan, lembrando a decisão tomada durante a votação da MP dos Portos (MP 595/2012), na quinta-feira. O presidente do Senado

também comentou sobre a demora na tramitação de propostas que tratam da unificação do ICMS.

— Acho que é importante conversar um pouco sobre o ICMS; deixar a bola sentar e ver como retomá-lo. O Brasil cobra muito essa unificação — disse Renan.

O senador informou estar mantendo diálogo constante com o relator da proposta de unificação do ICMS no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), e com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Rádio Senado traz sambas favoritos de jornalistas

A Rádio Senado estreia neste final de semana o programa *Eu quero um samba*, que traz uma seleção musical dos sambas preferidos de jornalistas, escritores e compositores.

Todos os sábados, às 12h, com reprise aos domingos, às 13h, o *Eu quero um samba* recebe dois convidados, que separam três músicas que consideram especiais.

O programa de estreia mostra as melodias que encantam os jornalistas Giuliana Morrone, da TV Globo, e José Carlos Vieira, editor do caderno *Diversão e Arte* e titular da coluna *Fala, Zé*, do jornal *Correio Braziliense*.

Para Vieira, se o Brasil é o país do Carnaval, aos

domingos o samba é o Hino Nacional. Giuliana lembra que, durante temporada de cinco anos como correspondente da emissora nos Estados Unidos, usava a música brasileira para amenizar a saudade.

Com uma lista eclética, os dois colocam lado a lado Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Nelson Cavalcante, Paulinho da Viola e Seu Jorge.

A Rádio Senado pode ser sintonizada em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Manaus (106,9 MHz) e Teresina (104,5 MHz). O programa também está disponível na internet.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Prestes e Chermont

14h Na pauta, proposta de emenda à Constituição estabelecendo que autoridades com indicação aprovada pelo Senado devem prestar contas à Casa. Às 15h30, devolução simbólica dos mandatos de Luiz Carlos Prestes e Abel Chermont.

PRESENCIA Ministro da Saúde

10h30 Renan Calheiros recebe o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; às 11h, reunião da Mesa; às 12h30, recebe o presidente da Universidade Estácio de Sá, Rogério Melzi; às 15h30, homenagem a Luiz Carlos Prestes; às 16h, ordem do dia.

Transporte coletivo

7h30 A comissão deve votar projeto de lei que cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros.

CDH Relatório Figueiredo

9h A Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça debate o Relatório Figueiredo, que denuncia a ocorrência de violências contra indígenas por agentes públicos e privados durante o período da ditadura militar.

CDR Promoção do Brasil

9h Debate aborda os projetos de promoção do Brasil na Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas.

CAS Despesa com instrução

9h Avalia projeto que permite a empresas descontar do Imposto de Renda despesa com instrução; e recondução de Leandro Reis Tavares como diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

CCJ Indicações para conselhos

9h Comissão analisa indicações para os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. Às 10h, vota projeto sobre pesquisas pré-eleitorais.

CE Punição a pais ausentes

10h Debate sobre punição a pais que não comparecem à escola dos filhos. Às 18h, lançamento do *Anuário da Educação Básica 2013*, na Biblioteca.

COPA Visita ao Mané Garrincha

14h30 Diligência da subcomissão da Copa do Mundo de 2014, que integra a CMA, ao Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das

sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das

sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, reunião da Comissão de Infraestrutura; às 9h, no Canal 2, pela internet, audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; às 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

No portal, empregadores poderão calcular e pagar impostos. Governo entrega proposta de regulamentação da Emenda das Domésticas

Governo criará site para que famílias registrem empregados domésticos

NO MÊS QUE vem, o governo federal lançará um portal na internet por meio do qual as famílias poderão registrar os empregados domésticos. No mesmo site, os empregadores poderão calcular e efetuar o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), das contribuições previdenciárias (ao INSS) e do Imposto de Renda (IR) referentes aos domésticos.

O anúncio foi feito ontem pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, logo depois da reunião em que a presidente Dilma Rousseff entregou ao senador Romero Jucá (PMDB-RR) e ao deputado Cândido Vacarezza (PT-SP) a proposta do governo para regulamentar a emenda constitucional que iguala os direitos dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores.

Jucá e Vacarezza são, respectivamente, relator e presidente da comissão mista encarregada de apresentar propostas de consolidação



Dilma conduz a reunião em que entregou a Jucá (ao lado da presidente) sugestões do governo sobre o trabalho doméstico

de leis e regulamentação de dispositivos constitucionais.

A Emenda Constitucional 72, proveniente da PEC das Domésticas, promulgada pelo Congresso no início de abril, garante direitos trabalhistas como limite de jornada laboral, horas extras, adicional noturno, seguro-desemprego, FGTS e seguro contra acidente de trabalho. Parte desses direitos, porém, só será assegurada aos domésticos depois de regulamentação.

Gleisi afirmou que Dilma não

aceita “precarizar direitos”. A proposta do governo mantém a multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa. A comissão mista avaliava reduzir a multa para uma faixa que iria de 5% a 10%.

Pela proposta apresentada por Dilma, o empregador será obrigado a recolher um percentual para o FGTS, arcando ainda com a multa de 40% em casos de demissão sem justa causa.

As sugestões de Dilma serão apresentadas ao Congresso

Nacional. Jucá disse que a comissão mista do Congresso trabalhará rapidamente para regulamentar a matéria.

— A ideia é que ganhem os trabalhadores domésticos e que os empregadores não sejam sobrecarregados. Foi uma reunião proveitosa. Ainda nesta semana, a comissão vai se manifestar sobre a proposta. Nossa tarefa será uma solução intermediária. Ela não sobrecarregará as famílias, mas também não reduzirá direitos e garantias — afirmou Jucá.

Dornelles pede carga tributária mais justa

Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que o Brasil precisa equilibrar a carga tributária, tornando-a “justa, progressiva e transparente”, sem diminuir os gastos na área social.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador lembrou que a carga tributária supera os 35% do PIB — próxima à de países ricos e acima da de países emergentes.

O senador ressaltou, porém, que poucas economias similares têm gastos sociais tão volumosos e diversificados como o Brasil. Ele citou a universalização da saúde e da educação e os programas de transferência de renda.

Segundo Dornelles, o Brasil destina cerca de 20% do PIB para a área social — o que atinge 60% da carga tributária do país. Se o país cobra muitos tributos, disse, também realiza muitas ações sociais.

Para ele, o país precisa encontrar um equilíbrio entre a necessidade de recursos e a expansão das políticas sociais.

Proposta protege funcionário de empresa terceirizada

O projeto que impede empresas terceirizadas contratadas por órgãos públicos de deixar de pagar os funcionários (PLS 254/2012) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Mas houve uma polêmica: o autor do projeto, Blairo Maggi (PR-MT), criticou as mudanças feitas pelo relator, Roberto Requião (PMDB-PR).

Para evitar um problema recorrente — a empresa terceirizada receber do governo, mas não pagar os salários ou não recolher as obrigações trabalhistas —, a proposta original de Blairo exigia das terceirizadas uma garantia (seguro ou fiança bancária) correspondente a um mês de obrigações trabalhistas. Incluía também a apresentação mensal dos comprovantes de quitação das obrigações.

Requião lembrou que a



Lindbergh Farias preside a reunião em que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou o projeto de lei de Blairo Maggi

Justiça acaba transferindo a responsabilidade para o governo quando a terceirizada não paga os funcionários. Em seu relatório, ele retirou a exigência de garantia. Disse que a fiscalização passará a ser feita pelo próprio governo, que acompanhará o recolhimento, fará a retenção das obrigações sociais e liberará a próxima parcela só quando a terceirizada

comprovar os recolhimentos. Requião afirmou que essas operações acarretam apenas “o custo de um contador”.

As mudanças feitas por Requião foram contestadas por Armando Monteiro (PTB-PE). Armando disse que, na proposta original de Blairo, “a responsabilidade é da empresa contratada [a terceirizada] em qualquer hipótese, enquanto

na redação dada por Requião a responsabilidade é do contratante [o governo]”.

Requião declarou que, em última análise, a responsabilidade é sempre do poder público quando a terceirizada não paga.

— O senador Requião está equivocado. Vou tentar corrigir isso na próxima comissão [a CCJ] — afirmou Blairo.

Suplicy: renda básica reduzirá criminalidade

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a implantação da renda básica de cidadania, oriunda de



Marcos Oliveira/Agência Senado

projeto de sua autoria, como forma de oferecer oportunidade de educação e condições de sobrevivência mais dignas a menores envolvidos em atividades criminosas.

Suplicy lembrou que, “com razão”, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno, manifestou-se contra a redução da maioridade penal, por considerar que o Estado precisa atacar as causas do problema que leva jovens a cometer delitos.

Nestes primeiros anos do século 21, disse Suplicy, cada vez mais adolescentes pobres usam e traficam crack.

— Para eles, não faz a menor diferença entre passar crack aos 16 anos, se a maioridade penal for aos 18; aos 15, se ela for aos 16; aos 14, se for aos 15; e assim por diante — afirmou.

Comissão vota incentivo para modernização de transporte coletivo

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode votar hoje projeto que cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros. O PLS 242/2012 beneficia concessionários, autoritários, permissionários ou arrendatários de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros.

Há dois grupos de benefícios no texto. No primeiro, é suspensa a exigência do IPI, da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins sobre a venda, no mercado interno, de locomotivas, vagões, ônibus, pneus, borracha, fluidos hidráulicos, lubrificantes, tintas, anticorrosivos e óleo diesel.

No segundo grupo, fica suspensa a exigibilidade do

Imposto de Importação em relação aos bens que não tenham similar nacional, do IPI, da contribuição para o PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

O autor é Cícero Lucena (PSDB-PB) e o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

A CI também deverá votar projeto que fixa condições de circulação e obrigatoriedade

de saída de emergência para os veículos utilizados no transporte de passageiros. O PLS 221/2010 pune com mais rigor a prática abusiva de estacionar em paradas de ônibus e define como infração o ato de trafegar nas vias reservadas à circulação exclusiva de coletivos.

O projeto é de Acir Gurgacz (PDT-RO) e tem como relator Waldemir Moka (PMDB-MS).

Representante do Ministério da Educação finlandês explica como o país fez uma revolução no ensino e se dispõe a ampliar parcerias com o Brasil

Audiência destaca educação de alto desempenho da Finlândia

O SISTEMA EDUCACIONAL de alto padrão da Finlândia foi tema de debate ontem na Comissão de Educação e Cultura (CE). A diretora de Relações Internacionais do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia, Jaana Palojärvi, explicou como o país, que até a década de 60 era um dos mais pobres da Europa, construiu um sistema sempre situado entre os primeiros do mundo no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)

— Na década de 70, a Finlândia fez uma revolução no ensino. Esta é a revolução que nós precisamos fazer aqui no Brasil — disse Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da CE, que coordenou a audiência.

Jaana destacou interesse em ampliar a cooperação com o Brasil e contou que o sistema educacional começou a ganhar forma na Finlândia quando o país ainda se recuperava da 2ª Guerra Mundial. Há cerca de 40 anos, disse, houve consenso para organizar um



Jaana Palojärvi disse na audiência coordenada por Cyro Miranda que a Finlândia conseguiu eficiência sem muito dinheiro

sistema de bem-estar social, em que o Estado procura garantir padrões mínimos e igualitários de educação, saúde, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

— O bem-estar é levado em conta em qualquer política, inclusive na educação — disse.

No esforço para “aproveitar cérebros”, segundo Jaana, foi iniciada a construção de um sistema educacional público, universal e gratuito. Apesar dos bons resultados, a Finlândia investe moderadamente

em educação: 5,6% do produto interno bruto (PIB).

— Construímos um modelo que tem mostrado eficiência sem usar muito dinheiro.

Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu educação em tempo integral nas escolas brasileiras e Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou se na Finlândia o Ministério da Educação se concentra mais na educação de base. Jaana respondeu que a pasta é responsável por todos os níveis de educação.

O marco inicial das reformas

na Finlândia, segundo ela, foi implantação da escolarização básica pública, universal e compulsória, dos 7 aos 16 anos. A educação infantil, antes dos 7 anos, não integra o sistema, mas os municípios devem oferecer vaga em pré-escola. Mesmo sem obrigatoriedade, creches e jardins de infância são amplamente oferecidos à escolha dos pais.

— O aluno terá acesso a escolas com mesma qualidade, seja na área rural ou urbana — disse a finlandesa.

Capacitação de professores foi um dos pontos de partida

Um grande esforço para a reforma educacional na Finlândia se deu com a capacitação dos professores, segundo Jaana. Há exigência do título de mestre para todas as etapas do ensino médio e do ensino fundamental. Ela contou que os professores são muito valorizados e que os postos de trabalho são bastante disputados, com cerca de dez candidatos por vaga.

A remuneração corresponde à média dos valores pagos na Comunidade Europeia: de 3.400 euros mensais, para início de carreira, a 3.700 euros, no ensino médio.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) citou deficiências no sistema educacional do Nordeste e disse que um piso salarial de 3 mil euros no Brasil ajudaria a manter o professor em uma única escola.

— Os professores brasileiros têm que dar aula em três escolas e, às vezes, em locais muito distantes um do outro. Tomam seu dia correndo atrás das escolas para poder aumentar o seu salário — disse.

Jaana contou que na Finlândia os professores dão quatro horas de aula por dia e depois eles têm uma carga horária para preparação da próxima aula. Para os alunos, no tempo

restante há atividades opcionais, culturais e esportivas. O bom desempenho, disse ela, seria resultado de metodologia e ambiente estimulante, além da qualificação dos professores.

A Finlândia tem 5,4 milhões de habitantes distribuídos em 338 mil quilômetros quadrados. Além do finlandês, o país adota o sueco como segunda língua oficial.

Senadores pedem mais tempo para analisar PNE

A votação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), prevista para ontem, foi adiada mais uma vez.



Arthur Moreira/Agência Senado

Logo no início da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator da proposta (PLC 103/2012), José Pimentel (PT-CE), solicitou a retirada da matéria da pauta. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), deferiu o pedido e comunicou que o projeto deverá retornar à pauta na próxima terça-feira.

Segundo Pimentel, vários senadores lhe disseram ter necessidade de mais tempo para estudar as medidas propostas. O projeto já havia sido retirado na semana passada para vista coletiva.

O PNE destina ao menos 10% do produto interno bruto (PIB) para políticas educacionais e estabelece uma série de obrigações para serem cumpridas no setor nos próximos dez anos.

Na CAE, Pimentel tentou resolver o problema de adequação financeira e orçamentária da meta de aplicar 10% do PIB.

Ele propôs incorporar ao PNE parte do previsto no Projeto de Lei 5.500/2013, do Executivo, que destina 100% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do petróleo da camada pré-sal para a educação. A ideia é vincular à educação todos os royalties dos contratos celebrados a partir de 3 de dezembro do ano passado.

Cícero registra entrega do "Oscar da música nordestina"



Marcelo Oliveira/Agência Senado

O compositor, arranjador, orquestrador e instrumentista Sivuca, falecido em 2006, foi o grande homenageado da 5ª edição do Troféu Gonzagão, que ocorreria na noite de ontem, em Campina Grande (PB). O anúncio foi feito por Cícero Lucena (PSDB-PB), para quem o prêmio, “espécie de Oscar da música nordestina, é um reconhecimento do povo à criatividade dos artistas da terra”.

— Certamente, as homenagens a Sivuca não conseguirão igualar o nível de sua grandeza e de seu merecimento, levando-se em conta tudo aquilo que ele fez em prol da divulgação da música brasileira e, especialmente, da música nordestina — afirmou.

Iniciativa da Federação das Indústrias da Paraíba e do Sesi, o prêmio também homenageia os cantores e compositores Genival Lacerda e Chico César; o casal de compositores Antonio Barros e Cecéu; o jornalista José Néumanne Pinto; e o cineasta Breno Silveira, entre outros.

Rolleberg critica atrofia do cinema no Distrito Federal



Moreira Moraes/Agência Senado

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) destacou o lançamento dos filmes *Somos tão Jovens* e *Faroeste Caboclo*, inspirados na obra do cantor e compositor Renato Russo (1960–1996).

Ele cobrou apoio para a produção cinematográfica e cultural no Distrito Federal, para considerar a atividade geradora de renda e de oportunidades para o desenvolvimento da economia local.

Rolleberg apontou a situação de abandono do Polo de Cinema de Sobradinho e lembrou que o empreendimento surgiu para incentivar a produção de filmes. O senador observou que o polo não passa por uma reforma há 20 anos e a deterioração física do lugar é a parte visível de uma política audiovisual “atrofiada”.

Rolleberg afirmou que os filmes sobre Renato Russo humanizam de forma distinta situações passadas em Brasília, em uma época marcada pela ditadura militar e por profundas transformações sociais.

Cyro relata resposta do COB sobre apoio a medalhista

Cyro Miranda (PSDB-GO) leu carta do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, relatando o apoio dado pela entidade ao ginasta Arthur Zanetti, medalhista de ouro nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012.

Em discurso em abril, Cyro havia criticado o COB e o Ministério do Esporte, depois de matéria de TV mostrar Zanetti treinando em situação precária na cidade de São Caetano do Sul (SP). O ginasta disse, à época, que considerava até se mudar para o exterior.

Na carta, revela o senador, Nuzman afirma que a entidade colocou à disposição do atleta uma equipe multidisciplinar, forneceu material de treinamento idêntico ao que seria usado na competição e passou a pagar o salário do treinador Marcos Goto.

— Parabenizo o COB e espero que das outras vezes não precisemos chegar à ameaça de o atleta ou seu treinador sair do país — disse Cyro Miranda.



Ana Amélia (E) discute com especialistas novas regras que definem prazo para início de tratamento de câncer pelo SUS

Debatedores discordam de prazo para tratar câncer

Para participantes de audiência pública ontem, o SUS deve iniciar o tratamento assim que a doença for descoberta, e não em até 60 dias após o diagnóstico, como prevê lei que entra em vigor amanhã

O PRAZO DE até 60 dias após o diagnóstico de câncer para que o Sistema Único de Saúde (SUS) inicie o tratamento do paciente foi questionado pelos participantes da audiência que aconteceu ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na avaliação deles, por um lado, quanto maior a espera para o início do tratamento, menor a chance de cura, mas, por outro, o SUS não está equipado para atender a demanda no prazo.

Pela Lei 12.732/2012, que entra em vigor amanhã, lembrou Ana Amélia (PP-RS) — que requereu o debate —, a contagem do prazo para o início do tratamento começa no dia em que for firmado o diagnóstico com laudo patológico no sistema público de saúde.

primeiro atendimento quando a doença já está em estágio avançado. O percentual, segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), frisuou ela, chega a 52%.

— Apesar de termos pessoas com sintomas da doença, não estamos fazendo a nossa parte com o diagnóstico precoce — disse a presidente da Femama.

Ela destacou que a norma brasileira pode servir de referência a outros países, mas não poderá ser aplicada efetivamente no Brasil, por falta de infraestrutura e qualificação dos profissionais. Segundo ela, muitos prefeitos nem sabem da existência da lei, apesar de o governo afirmar que houve treinamento em todos os municípios.

O diagnóstico tardio também foi observado pelo defensor público da União Ricardo Salviano. Ele reforçou que quanto mais cedo é diagnosticada a doença e iniciado o tratamento, maior a chance de cura e menores os gastos do Estado.

Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), os problemas da saúde pública não são decorrentes apenas de gestão ineficiente, mas da corrupção que atinge o setor.

Estágio avançado

O prazo, para a presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), Maira Caleffi, deve ser contado a partir da descoberta da doença. Os pacientes com sintomas, observou, levam de quatro a seis meses para conseguirem começar o tratamento no SUS. Segundo o Ministério da Saúde, ressaltou, 45% dos pacientes têm o

Especialistas reforçam que diagnóstico tardio reduz chance de cura e eleva gastos

Setor enfrenta problemas como logística deficiente

O representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandir Frutuoso, reconheceu que a efetivação total da lei vai demandar tempo. O sistema de saúde pública, destacou, ainda enfrenta problemas como a concentração dos serviços e deficiência na logística. No ano passado, por um mesmo medicamento, a União pagou cerca de R\$ 3 mil, e algumas prefeituras do Nordeste, mais de R\$ 7 mil ao laboratório.

Em 2012, foram 518 mil internações de pacientes de câncer, com gastos de R\$ 806 milhões, informou a representante do Ministério da Saúde, Patrícia Chueiri. Entre as ações do governo, ela destacou a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer; a própria regulamentação da “lei dos 60 dias”; a implantação do Sistema de Informação do Câncer (Siscan); o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), de isenção fiscal em ações de prevenção e combate ao câncer; e o Plano de Expansão da Radioterapia no SUS.

Lei passa a valer amanhã, diz Ana Amélia

Ao lembrar em Plenário que entra em vigor amanhã a Lei 12.732/2012, que estabelece prazo de 60 dias para que o SUS garanta o início do tratamento de pacientes com câncer, Ana Amélia (PP-RS) observou que o tempo para iniciar as terapias é uma variável fundamental para a eficácia do combate à doença. Quanto mais cedo começa o tratamento, maiores as chances de sobrevivência do paciente, disse a senadora, ressaltando que o câncer é a segunda doença que mais mata

no Brasil (a primeira causa são as cardiopatias).

— No SUS esse tempo também é relevante e determinará a eficiência das políticas públicas de saúde no atendimento à população, especialmente para aqueles com limitação de renda — afirmou.

Ana Amélia disse que o dever do Legislativo já foi feito e que agora o Ministério da Saúde e o SUS precisam criar condições gerenciais para que a lei sirva ao cidadão.

Ela citou estudo apresentado

na revista *The Lancet Oncology* que alerta: se não houver melhoria no diagnóstico precoce e no acesso a tratamento, a América Latina corre o risco de enfrentar aumento no número de mortes por câncer.

— O próprio ministro da Saúde, Alexandre Padilha, reconhece que cumprir a meta será um desafio de gestão entre União, estados e municípios.

O Ministério Público Federal realiza hoje audiência pública para tratar da implementação da lei, informou a senadora.

Projeto torna obrigatória limpeza de ar-condicionado em edifícios

Os edifícios de uso público e coletivo que tiverem sistema de ar condicionado deverão adotar normas de limpeza e manutenção dos equipamentos para evitar a disseminação de organismos patogênicos.

Inserir essa determinação na legislação federal é o objetivo do PLC 70/2012, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O projeto agora irá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

A construção de prédios fechados sem ventilação direta e o uso cada vez mais frequente de sistemas de ar condicionado em grandes e pequenas edificações têm aumentado a preocupação com a qualidade do ar nesses ambientes, frente à possibilidade de disseminação de organismos patogênicos e de poluentes, argumenta o autor do projeto, deputado Lincoln Portela (PR-MG).

O relator da proposta na comissão, senador Jorge Viana (PT-AC), explica que o tema é regulamentado principalmente pela Resolução 9/2003, da Agência Nacional

de Vigilância Sanitária (Anvisa). No entanto, ele considera pertinente a edição de uma lei federal sobre a matéria, que fixaria as diretrizes gerais, remetendo ao regulamento administrativo aspectos de caráter mais técnico e específico.

O texto aprovado na CMA estabelece que os sistemas de ar condicionado devem seguir parâmetros de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, principalmente quanto a poluentes de natureza física, química e biológica, suas tolerâncias e métodos de controle, além de obedecer aos requisitos definidos nos projetos de instalação.



Relator na CMA, Viana defende edição de lei federal sobre o tema

Falha de gestão deixa SUS ineficiente, afirma Davim

A falta de recursos não é o único problema pelo qual passa o sistema de saúde pública do país. Em discurso no Plenário, o senador Paulo Davim (PV-RN), que é médico, apontou a má gestão administrativa e financeira como outro empecilho para o bom funcionamento do setor.

O senador apresentou uma auditoria do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte mostrando que, de 22 hospitais da rede pública no estado, 16 têm baixo percentual de ocupação, alguns deles na faixa de 13% a 18%, muito aquém do ideal estabelecido pelo Ministério da Saúde. Em contrapartida, algumas unidades na região metropolitana de Natal estão superlotadas, com índices que chegam a 147%.

— Há pacientes em corredores, em cadeiras ou em pé. Isso demonstra claramente a ineficácia gerencial do estado sobre seus hospitais. Gerenciamento é um problema sério, assim como mau aproveitamento dos parcos recursos públicos.

Davim apresentou também um estudo do Tribunal de Contas da União (TCU)

sobre os medicamentos à venda no Brasil. Conforme o levantamento, 43 dos 50 princípios ativos de maior faturamento do Brasil têm preços acima da média mundial. Desses, 23 são os mais caros do mundo.

— De 50, apenas 3 estão abaixo da média internacional, o que é inadmissível — reclamou o senador.

Davim pediu mais fiscalização e transparência no setor de saúde. Além disso, na opinião dele, qualquer outra solução que não reponha recursos orçamentários para a área será uma “panaceia” e não resolverá os problemas.



Davim pede mais fiscalização e transparência na área da saúde

Debate avalia participação das mulheres na política

Crescimento do número de eleitas no país é muito lento, segundo pesquisadores, devido a razões como dificuldades criadas pelos partidos às candidaturas femininas e sobrecarga de trabalho doméstico

NO DIA EM que os partidos mudarem a relação com as mulheres, com certeza o interesse delas será proporcional à mudança das estruturas partidárias, afirmou o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, professor de mestrado na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE). Ele participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ontem, que buscou debater por que a participação feminina na política cresce apenas 1%, em média, a cada eleição, se a maioria dos brasileiros não tem preconceito contra votar em mulheres.

Parte da resposta talvez se encontre nos partidos, que não estariam praticando “democracia de gênero”, por exemplo, ao dificultar o acesso das mulheres às esferas decisórias da estrutura partidária. A sobrecarga dos afazeres domésticos sobre as mulheres — que já respondem por 44% da força de trabalho brasileira — também é um fator de peso, ressaltou a professora Clara Araújo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

— As mulheres trabalham em casa mais que o dobro que os homens: 26 horas contra 10 horas semanais — comentou.

Durante o debate na CDH,



José Eustáquio Diniz, senadora Ana Rita e Clara Araújo em debate na CDH

foi lançado o livro *Mulheres nas Eleições 2010*, elaborado com a participação de José Eustáquio Diniz Alves e Clara Araújo.

O demógrafo espera que a publicação, que pode ser baixada gratuitamente no site www.bibliotecafeminista.org.br, ajude a tirar o Brasil da “lanterna” quanto à participação feminina no cenário político internacional.

— O Brasil tem menos de 10% de mulheres na política, perdendo até para o Iraque e o Afeganistão. Pelo ritmo atual, para dividir paritariamente [os cargos políticos] com os homens, as mulheres vão levar quase 150 anos — observou.

Autora do requerimento de debate, Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que o Congresso deve encontrar meios para promover uma crescente e contínua participação das mulheres na política brasileira.

Ação administrativa pode impulsionar resultado eleitoral

Quando não é discriminada na divisão do espaço do horário eleitoral, a mulher costuma aparecer ao lado de uma liderança partidária — normalmente, do sexo masculino — para imprimir credibilidade a sua candidatura, disse Clara Araújo.

Já um exemplo de sucesso nas urnas, impulsionada pela ação administrativa, foi a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência em 2010.

— Ela foi ministra de Minas e Energia e da Casa Civil e teve o apoio do então presidente Lula, que era muito popular — considerou José Eustáquio.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), citou que foi apenas vereadora antes de chegar ao Senado.

Vanessa aponta obstáculos à candidatura feminina

Em palestra ontem durante a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que existe uma tendência à diminuição da desigualdade de gênero nos países do bloco, mas são vários os obstáculos que impedem a ampliação da participação feminina nos mais diversos setores da sociedade.

— A discriminação salarial, a sobrecarga dos afazeres domésticos e a baixa participação na política são exemplos de restrições que precisam ser superadas para se atingir uma maior equidade de gênero — defendeu. Segundo ela, o continente

americano foi o que mais avançou na participação das mulheres no parlamento, mas ainda há uma forte desigualdade intrarregional.

No caso brasileiro, a situação é crítica com relação à presença feminina nos espaços de poder.

— Na luta especificamente pela representação política, no mundo inteiro, a presença das mulheres nos parlamentos não chega a 20%. No Brasil, em particular, a situação é mais grave: menos de 10% no Congresso — disse.

Segundo a senadora, menos de 12% dos eleitos na última eleição, considerando todos os cargos em disputa, são mulheres. No entanto, o eleitorado brasileiro em 2010 era majoritariamente feminino.



Vanessa (de pé) fala na Reunião de Autoridades da Mulher do Mercosul

Lídice: discussão é de extrema relevância



Lídice da Mata

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou a audiência promovida pela CDH e disse que o Brasil ainda não

atingiu o ranking dos países desenvolvidos no que se refere à

participação política das mulheres, ressaltando que a discussão é de extrema relevância para o processo político do país.

— Não é possível discutir reforma política sem debater a presença das mulheres e dos negros, maiorias neste país, no Parlamento — disse.

Lídice também saudou a Assembleia Legislativa da Bahia por realizar, na próxima quarta-feira, sessão de homenagem aos 30 anos do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Renan Calheiros saúda mulheres que fazem política no PMDB

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem do encerramento da Convenção Nacional do PMDB Mulher. Ele prometeu trabalhar sempre pelo fortalecimento da mulher.

— Meu cargo de presidente do Senado significa a

continuidade da agenda de empoderamento da mulher brasileira — afirmou.

O vice-presidente, Michel Temer, e os senadores José Sarney (AP), Valdir Raupp (RO), Eduardo Braga (AM) e Eunício Oliveira (CE) também participaram da solenidade.

Senadores criticam organização dos trabalhos das comissões

O esforço de senadores para atender compromissos em mais de uma comissão ao mesmo tempo tem levado a reclamações e protestos. Foi o que aconteceu ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), cujos trabalhos foram encerrados sem votações, depois de o presidente do colegiado, Zeze Perrella (PDT-MG), esperar seus pares por meia hora.

O parlamentar chegou a chamar de “bagunça” a coincidência de horários e disse já ter reclamado com o presidente do Senado, Renan Calheiros.



Perrella reclama de “bagunça” na organização da agenda do Senado



Luiz Henrique sugere o fim da distribuição de avulsos impressos

— São comissões atropelando comissões, mudança de horário, isso aqui está realmente uma brincadeira — reclamou.

Em reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Luiz Henrique

(PMDB-SC) reforçou apelo por mudança de rotina dos trabalhos da Casa, estabelecendo uma semana de atividades das comissões e uma semana de votações no Plenário:

— Assim, teremos trabalho de comissões durante todo o dia, se possível avançando à noite. Isso é fundamental.

Desperdício

Luiz Henrique defendeu o fim da impressão de avulsos, como são chamadas as pautas com todas as proposições em exame nas comissões. Ele considera as impressões desnecessárias pelo fato de todos

os senadores terem acesso às pautas por meio de tablets.

A sugestão de Luiz Henrique recebeu apoio de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Eduardo Amorim (PSC-SE), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Anibal Diniz (PT-AC). Cícero lembrou que o Senado ampliou o acesso on-line a pautas, sessões e resultados de votações.

A ideia foi aceita pelo presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT). Ele anunciou que na próxima reunião da comissão será feita a impressão de apenas uma cópia da pauta, necessária para que a presidência possa coordenar os trabalhos.

Cota de free shop pode passar para US\$ 1.200

Proposta de ampliação do valor das compras isentas de quem chega de viagens ao exterior foi aprovada na CRE; relator alega que aumento apenas adapta regra à atual realidade dos viajantes

A COTA MÁXIMA para compras em lojas francas (os chamados free shops ou *duty free*) poderá passar de US\$ 500 para US\$ 1.200. Foi aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) projeto de lei que amplia o limite de compras nas lojas francas situadas em aeroportos com desembarque de voos internacionais (PLS 355/2012).

O autor do projeto, Cyro Miranda (PSDB-GO), considerou oportuno aumentar o limite de isenção por passageiro para compras no *duty free*. Relator ad hoc do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC) concordou, argumentando que os brasileiros têm gastado muito mais que US\$ 500 em compras; logo, ampliar a cota seria apenas adaptar as regras ao que já ocorre de fato. A matéria segue agora para deliberação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois para análise da Câmara.



Ricardo Ferraço preside sessão da CRE em que foi aprovada proposta de aumento da cota

A CRE também aprovou projeto que extingue a cobrança de multa relativa ao cancelamento de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior. O PLC 46/2012 acaba com o encargo financeiro imposto pelas Leis 7.738/1989 e 9.813/1999.

Situação diferente

De acordo com o autor da proposta, deputado Paes Landim (PTB-PI), o encargo não tem mais sentido na atual conjuntura econômica,

diferente da situação de instabilidade, inflação e estagnação que prevalecia quando foi instituído.

O relator da matéria na comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), também lembrou que a cobrança foi criada numa época de especulação, em que eram realizadas "exportações fictícias", com contratos criados premeditadamente para serem cancelados, o que obrigou a criação de uma norma que coibisse a prática. No cenário atual, o encargo serviria unicamente para onerar os contratos.

Azevêdo agradece apoio do Congresso

Eleito para a direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o embaixador brasileiro Roberto Azevêdo — primeiro latino-americano a ocupar o cargo — visitou o presidente do Senado, Renan Calheiros, para agradecer o apoio do Congresso à candidatura dele.

— Foi uma visita de agradecimento, porque no

fim das contas o sucesso da candidatura foi um sucesso de esforço do governo brasileiro como um todo e aí incluí-se o Congresso — assinalou.

Durante o encontro, Renan Calheiros e Roberto Azevêdo conversaram sobre ações para o incremento do comércio exterior do país. O embaixador citou a aprovação da MP dos Portos como uma medida

importante para ampliar a competitividade da indústria nacional. Segundo ele, Senado e Câmara podem contribuir ainda mais com aprovação de outros projetos que estimulam a inserção do Brasil nos fluxos internacionais de comércio.

— O Congresso é uma parte importante na definição da política econômica e comercial brasileira — observou.

Avança acordo previdenciário entre Brasil e Bélgica

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem acordo entre Brasil e Bélgica tratando de benefícios previdenciários para quem adquirir direitos sob as leis trabalhistas dos dois países. O projeto (PDS 574/2012) ainda precisa ser votado no Plenário. Assinado em 2009, o acordo determina que as prestações (benefícios previdenciários) devidas conforme a legislação belga serão pagas aos brasileiros moradores do país nas mesmas condições dos belgas. O mesmo ocorrerá com as prestações por invalidez, idade e morte segundo a legislação brasileira.

Para o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), o acordo facilita a migração de trabalhadores que tiverem intenção de investir em um dos dois países.

Brasil e Noruega podem ter grupo parlamentar comum

Os Poderes Legislativos do Brasil e da Noruega poderão ter em breve um grupo parlamentar, com regulamento próprio, para desenvolver ações de parceria. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 31/2011, de Luiz Henrique (PMDB-SC), foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e segue para ser examinado pela Comissão Diretora do Senado.

Para Luiz Henrique, os dois países são parceiros naturais, porque têm os mesmos ideais de coexistência internacional, democracia e estado de direito e defesa de soluções pacíficas.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável, ressaltando que o Brasil é o mais importante parceiro da Noruega na América Latina.

Alvaro pede garantias para senador boliviano asilado em embaixada

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou um pedido na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que a Organização dos Estados Americanos (OEA) ofereça garantias para que o senador da Bolívia Róger Pinto Molina deixe o país. Desde maio de 2012, está asilado na embaixada do Brasil em La Paz, segundo Alvaro, por perseguição política.

— Existe um brutal desrespeito aos direitos humanos de um senador opositorista. Na embaixada, só pode receber visita de parentes, do advogado e de profissionais de saúde, sem poder receber amigos, correligionários e jornalistas.



Alvaro Dias em uma reunião

Representação Brasileira no Parlasul elege novo presidente

O deputado Newton Lima (PT-SP) foi eleito ontem novo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). O deputado Renato Molling (PP-RS) e o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ocuparão os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes.

Segundo o senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Representação desde 2011, a escolha foi feita respeitando a rotatividade entre Senado e Câmara e considerando a diversidade partidária. O senador Gim (PTB-DF), que inicialmente disputaria o cargo com Bauer, abriu mão da candidatura para que fosse mantido o equilíbrio da chapa diretora, com a participação da Região Sul e de um partido da oposição.

O senador Paulo Bauer, vice-presidente do grupo,

considerou importante a presença de parlamentares do Sul do Brasil na direção do Parlasul, já que o Mercosul tem uma relação direta com os estados da área.

Newton Lima defendeu uma atuação protagonista da delegação brasileira no Parlasul independentemente do calendário a ser seguido em Montevidéu (Uruguai), cidade-sede do bloco. Ele destacou a necessidade de o Parlasul ser reconhecido pelos chefes dos países que o compõem.

A Representação Brasileira é composta por 10 senadores e 27 deputados federais. Os representantes têm como atribuição acompanhar e emitir pareceres sobre todas as propostas referentes ao Mercosul, além de promover audiências e solicitar esclarecimentos ou depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão.



Presidente anterior da representação, Requião (D) coordena a votação

Comissão aprova criação do Instituto Social do Mercosul

Seguem para o Plenário dois projetos de decreto legislativo aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O PDS 30/2013 reitera a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) e o PDS 29/2013 estabelece o orçamento anual do ISM. O órgão será financiado com contribuições anuais dos países do bloco, na seguinte proporção: 24% da Argentina, 39% do Brasil, 24% do Paraguai e 13% do Uruguai.

O ISM será uma instância técnica de pesquisa em políticas sociais e ações estratégicas de desenvolvimento social do Mercosul. Os objetivos são superar assimetrias entre os países, atualizar os indicadores sociais, intercambiar boas práticas sociais e identificar fontes de financiamentos.

Os dois projetos receberam na CRE regime de urgência, a pedido de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Novo bloco na América do Sul será debatido por ministros

Os ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Fernando Pimentel (Desenvolvimento) serão convidados a participar de audiência para debater os rumos do Mercosul diante de um novo bloco econômico no continente. Os convites foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) por sugestão do presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e de Pedro Simon (PMDB-RS).

Os senadores estão preocupados com as notícias de que México, Chile, Colômbia e Peru se uniram em um bloco comercial denominado Aliança do Pacífico. O grupo suspendeu as tarifas de importação para 90% dos produtos comercializados entre eles e os outros 10% de produtos terão as tarifas reduzidas em sete anos. A medida cria um novo bloco comercial na América Latina, o que esvaziaria o Mercosul.

Novo parque nacional no Paraná vai preservar aves e espécies marinhas

Aumento das atividades de pesca na região motivou a apresentação da proposta, que foi aprovada ontem pelo Senado e segue para sanção

O PLENÁRIO APROVOU ontem a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Paraná. De acordo com a proposta (PLC 60/2003), vivem na área mais de 8 mil aves e as ilhas não possuem praias, apenas costões de rocha que afloram do mar. O projeto segue para sanção.

Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou que o local é berçário de várias espécies de aves.

— A preservação desse ambiente marinho e da biodiversidade dessa ilha é importante não só para o Paraná, mas para o Brasil — disse o senador.

A proposta foi apresentada com o objetivo de proteger as áreas onde as espécies de aves criam os ninhos e o habitat de espécies marinhas das ilhas



Mais de 8 mil aves são encontradas na área, onde as ilhas não possuem praias

claudio100

e entornos. Nas ilhas, com águas límpidas e propícias à caça submarina e ao mergulho, são feitas pesquisas do Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná.

Ameaça da pesca

A ameaça às Ilhas dos Currais, devido ao aumento das atividades de pesca, foi uma

das motivações para a transformação da região em parque nacional. A nova classificação vai permitir a proteção e o controle dos ecossistemas das Ilhas dos Currais.

Alvaro Dias (PSDB-PR), que pediu a votação do texto, destacou o papel que o novo parque vai exercer na preservação ambiental. A proposta é de autoria do ex-deputado

federal Luciano Pizzatto.

Também vai à sanção projeto que determina que aeroportos, bases aéreas e similares ficam obrigados a manter, em caráter permanente e em local visível, a imagem de Santos Dumont, acompanhada da inscrição "Pai da Aviação". O PLS 402/2005 foi apresentado pelo senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Política de irrigação incentiva economia de água

A Política Nacional de Irrigação poderá ser modificada para prever taxas menores de juros para agricultor que financiar sistemas por gotejamento e microaspersão, que economizam água, de acordo com proposta aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Aprovado de forma terminativa, o PLS 738/2011 poderá seguir para a Câmara caso não haja recurso para exame pelo Plenário.

A CMA já havia aprovado o projeto em março deste ano, quando o texto determinava que o benefício estaria previsto em modificação na Lei 6.662/1979. Com a publicação de nova lei sobre o tema (Lei 12.787/2013), estabelecendo a Política Nacional de Irrigação, foi necessária outra votação do projeto para prever o benefício na nova legislação, sem alteração no mérito da proposta.

A CMA também aprovou ontem, em turno suplementar, o PLS 185/2011, que cria o Selo Verde Preservação da

Amazônia. O texto visa atestar a adequação ambiental de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, de zonas de processamento de exportação e de áreas de livre comércio localizadas na Amazônia Legal.

Na versão original do PLS 185/2011, a autora, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), propunha que o selo verde se limitasse a produtos da Zona Franca de Manaus, mas Jorge Viana (PT-AC) apresentou emenda ampliando o alcance da medida.

O relator, Cícero Lucena

(PSDB-PB), acolheu as sugestões de Viana e acrescentou outras, para fazer ajustes de redação e quanto à técnica legislativa.

De acordo com a proposta, são considerados produtos ambientalmente adequados "aqueles que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da proteção ambiental".

A matéria poderá seguir para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário.

Comissão discutirá novo Código Florestal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) votará na próxima semana o requerimento para realização de um debate sobre os desdobramentos do novo Código Florestal, que completa um ano no sábado.

Autor da proposta de debate, o presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), sugere que seja convidada a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entre outros nomes. A audiência pública deverá ser realizada em 4 de junho.

Blairo também sugere que sejam convidados Hélio Gurgel, presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais

de Meio Ambiente, e José Lacerda, secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso.

Também devem participar do debate a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Paulo Moutinho, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Gilberto Piselo, presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental; e José Ferreira da Silva, presidente do Sindicato Rural de Tapurah (MT).



Plantação vizinha à floresta, no Acre: Senado deve ouvir ministra do Meio Ambiente

Agência de Notícias do Acre

Luiz Henrique relata reação à lei florestal na Europa

Luiz Henrique (PMDB-SC) relatou participação dele e de Jorge Viana (PT-AC) em missão do Itamaraty para explicar o novo Código Florestal a autoridades e estudiosos na Europa. Para ele, relator no Senado, a missão foi muito bem-sucedida por derrubar mitos, como o de que o Brasil anistiou desmatamento ilegal. Além disso, demonstraram que 75% da Amazônia é de terra pública e, nos 25% de área privada, é permitido o uso de 20%.

— Eles ficaram boquiabertos porque achavam que continuávamos destruindo florestas para criar gado ou plantar soja — relatou.

Viana defende implementação do código

Jorge Viana (PT-AC) rebateu as críticas de Blairo Maggi publicado no jornal *Correio Braziliense* de ontem sobre a falta de implementação do Código Florestal (Lei 12.651/2012), aprovado pelo Congresso em maio do ano passado. Viana reconheceu a importância do debate e afirmou ser bom que cobranças aconteçam.

O senador disse que o Código Florestal pacificou a guerra entre defensores do meio ambiente e as pessoas ligadas ao agronegócio e à agricultura familiar que, independentemente do compromisso com a proteção da biodiversidade, querem produzir.

Petróleo na foz do Amazonas gera debate

A descoberta divulgada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) de área com potencial de produção petrolífera no Amapá, na foz do Rio Amazonas, será debatida em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Autor do requerimento de debate, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) informa que mapa divulgado pela ANP para a 11ª rodada de leilões mostra que as cidades de Oiapoque, Calçoene e Macapá serão afetadas. Ele explica que a exploração da área preocupa a população, por conta das consequências do modelo adotado.

Randolfe quer saber o volume provável de exploração petrolífera, os prazos para início da produção e o montante da contrapartida em royalties que estado e municípios receberão. Também quer informações sobre as cidades que serão contempladas, impactos econômicos no estado, mão de obra que será empregada e os impactos ambientais.

O senador sugere que sejam convidados a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, e representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá, do Instituto Brasileiro de Petróleo e da Organização Nacional da Indústria do Petróleo.

A comissão aprovou também requerimento de Blairo Maggi (PR-MT) para audiência, em 18 de junho, sobre a união das nações da América do Sul em aspectos de meio ambiente e cidadania.

Empréstimo de US\$ 200 milhões para Pernambuco financiará saneamento

Estado foi autorizado a buscar recursos junto ao BID para beneficiar 12 municípios que se localizam nas margens do Rio Ipojuca

PORACORDO DE lideranças, os senadores autorizaram Pernambuco a contratar um empréstimo de US\$ 200 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos serão usados para financiar parte do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca. A matéria segue agora para promulgação.

A Mensagem 33/2013 foi aprovada na manhã de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguiu diretamente ao Plenário, onde foi aprovada à tarde.

Segundo o governo pernambucano, o programa garantirá o aumento da cobertura de esgoto sanitário e de tratamento das águas servidas em 12 municípios que se localizam nas margens do Rio Ipojuca.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que relatou a matéria, afirma que Pernambuco cumpre os limites constitucionais



Plenário aprovou ontem a proposta, por acordo de lideranças. Custo efetivo médio do empréstimo será de 3,51% ao ano

para os gastos com pessoal, educação e saúde e exerce plenamente a competência tributária.

Garantia

Cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apontam que o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,51% ao ano, considerado aceitável dado o custo atual médio de

captção do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional. A garantia da operação de crédito fica a cargo da União.

Representante de Pernambuco, o senador Armando Monteiro (PTB) destacou a importância do empréstimo para o estado, sobretudo para o saneamento ambiental da Bacia do Ipojuca.

Armando apresentou o requerimento para que a autorização do empréstimo fosse votada com urgência no Plenário.

De acordo com a Constituição, compete privativamente ao Senado autorizar operações externas de natureza financeira envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal ou os municípios.

Humberto Costa participa de eventos com Dilma Rousseff em PE



Petrolero representa retomada da indústria naval do país, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) participou na segunda-feira de três eventos com a presidente Dilma Rousseff em Pernambuco: a entrega do petroleiro Zumbi dos Palmares, a inauguração da Arena Pernambuco e a visita à Associação dos Fornecedores de Cana do estado.

O petroleiro é a quinta embarcação construída dentro do Programa de Mobilização e Expansão da Frota. Projetado

para transportar óleo cru, o Zumbi dos Palmares tem capacidade de estocar metade da produção diária dos barris de petróleo no Brasil.

— O Zumbi dos Palmares representa a retomada da indústria naval brasileira — disse.

O senador também comentou a inauguração da Arena Pernambuco. Com capacidade para 46 mil torcedores, o estádio custou R\$ 532 milhões.

— Esse é outro exemplo de

que o Brasil dá certo. Muitos diziam que os estádios não ficariam prontos. Mas é preciso apostar e acreditar neste país — afirmou.

Já na visita aos produtores de cana-de-açúcar, Humberto Costa elogiou a destinação de R\$ 125 milhões para enfrentar a seca, anunciados por Dilma. Devem ser beneficiados 17 mil produtores, com R\$ 12 por tonelada de cana, até o limite de 10 mil toneladas por produtor.

Comissão aprova desoneração tributária para padarias

A CAE aprovou projeto de lei complementar que exclui da base de cálculo do Simples Nacional as receitas decorrentes da venda de pão produzido por padarias e estabelecimentos similares. O Simples é um regime tributário diferenciado que contempla micros e pequenas empresas.

O PLS 63/2011 — Complementar, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi relatado por Cyro Miranda (PSDB-GO). A autora cita informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o baixo consumo de pão no Brasil e enfatiza a imensa quantidade de trabalhadores e empresas envolvidas no setor.

O projeto foi aprovado com duas emendas do relator. Para evitar questionamentos quanto à constitucionalidade, Cyro Miranda propôs a alíquota simbólica de 0,5% de



Projeto exclui da base de cálculo do Simples as receitas decorrentes da venda de pão produzido pelos estabelecimentos

ICMS incidente sobre todas as faixas de receita bruta, visto que a isenção total desse tributo só poderia ser concedida pelos estados, conforme a Constituição. A proposição segue agora para o Plenário.

O PLS 63/2011 recebeu

apoio da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), que representa 64 mil padarias em todo o Brasil, das quais 95% são micros e pequenas empresas familiares incluídas no Simples Nacional.

A entidade enviou ofício à comissão informando que, embora o setor esteja em crescimento, cerca de 35% das padarias estão sob risco iminente de fecharem nos próximos cinco anos.

Durante a discussão, Kátia

Aprovada segunda isenção do IR na venda de imóvel

A CAE aprovou projeto do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ) que assegura durante cinco anos a segunda isenção do Imposto de Renda na venda de imóvel residencial (PLS 604/2011). Atualmente, o dono de imóvel residencial é isento de pagar Imposto de Renda sobre o ganho obtido com a venda desse bem se utilizar o dinheiro para comprar outra moradia em até 180 dias. Mas o benefício só pode ser usado uma vez no prazo de cinco anos.

O projeto não isenta totalmente o contribuinte nessa segunda operação. Haverá um desconto de 50% sobre o valor do imposto apurado sobre o ganho obtido. Além disso, condiciona a concessão do abatimento exclusivamente aos casos em que o vendedor aplicar o dinheiro da venda, em até 180 dias, na aquisição de imóvel residencial novo. Na primeira vez, a escolha pode ser tanto por imóvel novo como usado.

O projeto recebeu parecer favorável de Cyro Miranda (PSDB-GO).

Aprovado em decisão terminativa, o texto pode seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Abreu (PSD-TO) fez um alerta quanto à queda da produção nacional de trigo.

— O Brasil está importando 4,5 milhões de toneladas de trigo, principalmente da Argentina. Se produzido aqui, estaria 20% mais barato, e os pães estariam mais em conta — afirmou.

Audiências

Os parlamentares aprovaram também a realização de três audiências públicas, com datas ainda a serem definidas. As reuniões vão discutir a participação de empresas e de capital estrangeiro na assistência à saúde, a criação do Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Conacon) e alterações na regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Segundo senador, avanço da proposta depende de MP que pode perder a validade e de nova indexação das dívidas dos estados

Eunício Oliveira diz que reforma do ICMS está em “stand-by”

A REFORMA DO Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está em “stand-by”. Foi o que informou o líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (CE), ontem, após reunião da bancada.

Ele assinalou que a Medida Provisória (MP) 599/2012, que cria fundos para compensar estados pelas perdas de arrecadação com o fim da guerra fiscal, deve perder a validade, pois “não haverá mais tempo para ser votada no Congresso Nacional”.

Além disso, segundo Eunício, o governo sinalizou que vai retirar da pauta da Câmara dos Deputados o projeto de lei que altera a indexação das dívidas dos estados e trata da convalidação dos incentivos dados pelas administrações estaduais com o ICMS.

Para o senador, a reforma do



Pedro Franco/Agência Senado

Para Eunício, mudança no ICMS não prospera sem fundo de compensação nem convalidação

ICMS, que tramita na forma do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, deve ser aprovada em

conjunto com a criação do fundo e com a revisão da dívida dos estados. Se assim não ocorrer, o tema fica prejudicado no Congresso.

— Sem a convalidação e sem o fundo de compensação, a resolução está morta. Sem isso, não tem como prosperar a questão do ICMS — disse o senador.

Medidas provisórias

Eunício também informou que o PMDB apoia a fixação de um prazo mínimo para exame de medidas provisórias pelo Senado. Durante a sessão que apreciava a MP dos Portos, na quinta-feira, o presidente da Casa, Renan Calheiros, comunicou a decisão da Mesa de não mais aceitar medidas provisórias que venham da Câmara com menos de sete dias de validade.

Ana Rita celebra os 478 anos de fundação de Vila Velha (ES)

Ana Rita (PT-ES) saudou os 478 anos de Vila Velha, no Espírito Santo, a serem completados amanhã.

A senadora lamentou, porém, que Vila Velha, “berço da civilização capixaba”, viva hoje problemas sérios, como os frequentes alagamentos. Ela ressaltou que, por outro lado, o município vem sendo beneficiado nos últimos anos por ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

Em 2011, afirmou a senadora, foram liberados R\$ 5 milhões para a realização de estudos e serviços de macrodrenagem no município.

No Orçamento federal deste ano, disse Ana Rita, estão previstos R\$ 15 milhões, em emendas individuais de sua autoria, para obras de drenagem e pavimentação, construção do Centro de Referência da Mulher e controle da erosão marinha e fluvial do município, entre outros benefícios.



Moacir Nogueira/Agência Senado

Mozarildo lamenta que estado de Roraima esteja “sucateado”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que seu estado esteja “sucateado em todos os aspectos”, o que atribuiu à má aplicação de recursos pelo governo estadual. Ele contrastou os problemas graves na saúde, educação e transportes com os recursos relativamente elevados que Roraima recebe.

— O que está sendo feito com o dinheiro? Se fosse de maneira planejada, priorizando o que é prioridade, poderíamos ser um estado-modelo. Mas o que se tem visto é um verdadeiro desgoverno — disse, cobrando do governo a aplicação correta dos recursos para evitar a corrupção.

Segundo o senador, notícia publicada na semana passada revelou que Roraima recebe os maiores recursos per capita em emendas parlamentares e outras fontes.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

Garibaldi Alves parabeniza governo por ações contra a seca

Garibaldi Alves (PMDB-RN) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelas ações emergenciais que o governo vem promovendo contra a seca no Nordeste. Para ele, as medidas têm assegurado a sobrevivência das populações afetadas.

O senador se disse otimista com as novas perspectivas das obras de transposição do Rio São Francisco, divulgadas recentemente pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

— Com a conclusão das obras, certamente avançaremos em muito na busca pela melhora de vida das populações mais atingidas pela seca. Acredito que a conclusão das obras evitará que continuemos a presenciar o famigerado êxodo rural dos dias de hoje — disse Garibaldi.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência, presidente do Banco Central diz que inflação acumulada começará a cair no segundo semestre e prevê que índice mensal já registrará queda a partir de maio

Tombini garante que inflação está sob controle

EM AUDIÊNCIA NO Congresso, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, garantiu que fará o que for necessário para controlar a inflação. Segundo ele, apesar dos choques de oferta que contribuíram para o aumento dos índices, a inflação “está e continuará sob controle”.

— O Banco Central está vigilante e fará o que for necessário, com a devida tempestividade, para colocar a inflação em declínio no segundo semestre e para assegurar que essa tendência persista no próximo ano — afirmou.

A audiência foi promovida pelas Comissões Mista de Orçamento (CMO); de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e duas comissões da Câmara dos Deputados.

O presidente do Banco Central disse que, em maio, junho e julho, a inflação mensal já será menor que a registrada no primeiro trimestre do ano. Tombini prevê ainda queda no acumulado dos 12 meses anteriores a partir do segundo semestre. Para ele, é preciso analisar a inflação em um horizonte mais amplo.

Ele também negou o uso de uma meta extraoficial de inflação. Há especialistas que

acusam o governo de mirar não no centro da meta, de 4,5%, mas no teto, dois pontos percentuais acima. Tombini afirmou que as mensagens do BC determinaram mudanças relevantes nas condições financeiras e apontou as ações, como os ajustes recentes na taxa básica de juros, a Selic.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) questionaram os benefícios do aumento da taxa. Para

Randolfe, a elevação na Selic atende pressões do mercado financeiro e atinge principalmente os mais pobres.

Em resposta, Tombini assinalou que o banco não faz isso por preferência, mas como remédio necessário para controlar a inflação. Disse também que medidas tomadas pelo governo permitiram uma taxa atual muito menor que aquela registrada em anos anteriores no Brasil.



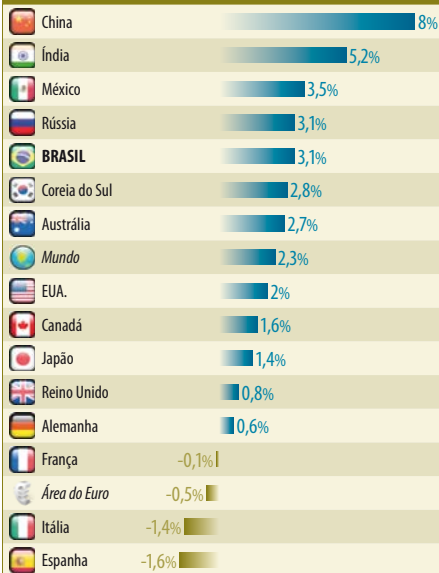
Pedro Franco/Agência Senado

Alexandre Tombini: inflação muito alta em um mês não significa descontrole

Previsões do Banco Central

- ▶ Perspectiva para a **economia global** continua sendo de baixo crescimento por período prolongado
- ▶ **Economia brasileira** apresenta recuperação gradual, com moderação do consumo e expansão do investimento
- ▶ **Inflação no Brasil** está e continuará sob controle
- ▶ **Ações do Banco Central** garantem convergência da inflação em direção à meta a partir do segundo semestre de 2013
- ▶ O resultado contábil do Banco Central em 2012 foi positivo em **R\$ 24,6 bi**

CRESCIMENTO ESPERADO DO PIB EM 2013



INFLAÇÃO VAI CONVERGIR PARA META NO SEGUNDO SEMESTRE



Fonte: Banco Central

BC vê intensificação do crescimento e projeta índice de 3% para 2013

Durante sua exposição, Tombini afirmou que a economia brasileira cresceu no primeiro semestre de 2013 em ritmo mais intenso que o registrado nos últimos três meses de 2012 e projetou crescimento de 3% em 2013. Para ele, a recuperação tende

a se consolidar neste ano. Segundo o presidente do BC, além da atual recuperação do investimento, há perspectivas para uma ampliação nos próximos anos. Como parte do processo, destacou o programa de concessões de serviços públicos em andamento e os

efeitos positivos da melhoria da logística sobre os ânimos do empresariado. No ambiente internacional, Tombini apontou riscos ainda elevados para a estabilidade financeira global. Segundo ele, há avanços na atividade em economias maduras e as

economias emergentes têm registrado bom desempenho. Embora a expectativa para este ano seja de atividade global moderada, a tendência, segundo Tombini, é de intensificação em 2014. A audiência com o presidente do BC atende determinação da

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que prevê a apresentação ao Congresso, pelo BC, a cada semestre, de um relatório com a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial da instituição.

Comissão rejeita ampliação de critérios no Bolsa Família

A ampliação dos critérios de concessão do Programa Bolsa Família foi rejeitada ontem pela comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 607/2013. O relator, deputado Assis Carvalho (PT-PI), entendeu que o tema foi absorvido pela MP 590/2012, aprovada pelas duas Casas na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2013. Quando receber sanção presidencial, essa norma ampliará de 6 para 15 anos o limite de idade dos beneficiados pelo Programa Brasil Carinhoso.

A expansão representará um custo adicional de R\$ 1,7 bilhão por ano no Bolsa Família, que tem orçamento previsto de R\$ 23 bilhões para 2013. Assis Carvalho considerou também prejudicadas as emendas recebidas pela MP, que tinham por objetivo ampliar as hipóteses de inclusão em programas de transferência de renda, regular o valor do benefício de acordo com certos critérios e vincular a concessão de benefícios a outros programas. O relatório será enviado à Câmara dos Deputados.

Renan lamenta morte de Ruy Mesquita

O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu nota ontem sobre a morte de Ruy Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*: “Lamentamos profundamente a morte do Dr. Ruy. Ele nos deixa como legado a luta em defesa da liberdade de expressão e da democracia, valores que o *Estado de S. Paulo* ajudou a construir no nosso país. O Brasil vai sentir sua falta. Perdemos um grande brasileiro”.

Conselho refuta revalidação automática de diploma

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), José Fernandes de Lima. Ele conversou com Renan sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011, que regulamenta o reconhecimento de diplomas obtidos no exterior. O projeto, de Roberto Requião (PMDB-PR), tramita na Comissão de Relações Exteriores (CRE), sob relatoria de Cristovam Buarque (PDT-DF). Pela proposta, a revalidação do diploma será automática para instituições de

reconhecida excelência acadêmica. O presidente do CNE, porém, disse que o conselho é contrário ao reconhecimento automático. José Fernandes defendeu a participação de universidades brasileiras, com consulta a bancos de dados e recursos de jurisprudência. Ele defendeu também a agilidade e a desburocratização do reconhecimento, mas sem o transformar em uma rotina automática. De acordo com o presidente do CNE, Renan prometeu tratar do assunto com o autor e com o relator do projeto.

Ex-procurador-geral da República defende a criação de uma legislação, nos mesmos moldes da Lei Maria da Penha, que busque proteger as grávidas contra o desamparo

Fonteles sugere penas alternativas para mulher condenada por aborto

EM AUDIÊNCIA NA Comissão Especial do Código Penal, o ex-procurador-geral da República e membro da Comissão Nacional da Verdade Cláudio Fonteles manifestou-se contra a pena de prisão para mulheres condenadas pela primeira vez pela prática de aborto, como consta no Projeto de Lei do Senado 236/2012. Para ele, penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade, serão mais eficazes para a valorização da vida e, assim, evitar a reincidência no crime.



Para Malta, membros de conselho de Medicina foram acintosos com a vida

Fonteles sugeriu o desenvolvimento de “políticas públicas efetivas” em favor da mulher e dos filhos. Para ele, na maioria das vezes, a mulher pratica o aborto por se sentir abandonada, pressionada ou desesperada, ou tudo isso ao mesmo tempo.

Ele elogiou a Rede Cegonha, que ampara as mulheres grávidas, e sugeriu a criação de uma legislação, nos mesmos moldes da Lei Maria da Penha, que proteja as grávidas do desamparo.

— Quando se discute o Código Penal, o que está em discussão na verdade é que modelo de sociedade vamos querer criar — assinalou Fonteles.

Ele fez críticas ao artigo do projeto que permite a interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação, quando o médico ou psicólogo constatar que a mulher não possui condições psicológicas de arcar com a maternidade. Destacou que



Senador Pedro Taques (E) e Cláudio Fonteles na Comissão do Código Penal

o artigo anterior do projeto, que trata de aborto em casos de anencefalia, pede o laudo de pelo menos dois médicos e, nesse caso, bastaria apenas o de um — e também o fato de não se exigir especialidade do médico, que, de acordo com ele, “pode ser até um urologista”.

Velocidade

O ex-procurador fez outras sugestões ao projeto, entre elas acrescentar, às qualificadoras

da culpa gravíssima do homicídio, a prática de “conduzir veículo em velocidade a caracterizar excepcional temeridade, ainda que o agente não esteja sob o efeito de álcool ou substâncias análogas, ou ainda que o agente não esteja disputando corrida de carros, o tradicional pega”. Ele citou fato recente ocorrido em Brasília, com danos graves a terceiro, por um cidadão que dirigia a 140 quilômetros por hora.

Críticas à ausência do Conselho de Medicina

Foi extremamente crítica a ausência, na reunião, do presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz d’Avila. Ele havia confirmado a presença, mas, na tarde de ontem, alegou que “compromisso inadiável de última hora” o impediu de comparecer.

— Foi uma total falta de educação, no mínimo — afirmou o relator da comissão, Pedro Taques (PDT-MT), lembrando que o presidente do CFM poderia ter mandado um substituto.

Taques sugeriu o comparecimento de d’Avila na próxima reunião, em 26 de junho, para debater a posição do conselho, que apoia o aborto até a 12ª semana de gravidez.

Magno Malta (PR-ES) disse que nunca tinha visto na vida tal justificativa e afirmou que os integrantes do conselho se consideram “um pouco acima de Deus, para serem tão acintosos quanto à vida”.

No Senado, presidente da OAB pede criação de tribunais



O presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, em visita ao Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que defendeu a criação de quatro novos tribunais regionais federais (TRFs).

A criação dos tribunais, determinada pela PEC 544/2002, foi aprovada na Câmara e no Senado e agora aguarda a promulgação pelo Congresso.

Renan já declarou que houve uma alteração no texto durante a votação na Câmara, o que exigiria um novo exame pelo

Senado e inviabilizaria a imediata promulgação. Além disso, há alegações de um vício de iniciativa na matéria.

O presidente da OAB argumentou que o Congresso pode ter iniciativa na criação de órgãos da Justiça. Ele lembrou que a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a extinção de tribunais de alçada foram iniciativas do Congresso.

Coêlho acrescentou que uma alteração de texto que ocorreu na Câmara não mudou o conteúdo da matéria, consistindo apenas em mudança de

redação, o que dispensaria o retorno do texto para o Senado. Segundo ele, Renan não falou em prazo, mas prometeu levar em conta a posição da OAB.

— A OAB considera que a criação desses tribunais é importante, porque aproxima a justiça do cidadão — disse.

Coêlho informou que a OAB também apoia a PEC 37/2011, que tramita na Câmara e define a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis.

Para o presidente da OAB, a proposta torna claro que o

poder de investigação é da polícia, com colaboração do Ministério Público. Coêlho lembrou que cabe ao MP fiscalizar a atuação da polícia.

O presidente da OAB pediu a Renan a tramitação separada dos PLSs 105/2011 e 467/2008. O primeiro projeto trata da inclusão da atividade da advocacia no regime simplificado de tributação, o Simples Nacional. O segundo trata do Simples para várias atividades profissionais. Para a OAB, se o PLS 105/2011 tramitar isolado, a aprovação será mais rápida.

Proposta de Lei Geral das Religiões será debatida na quinta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública amanhã, às 9h, para debater o projeto de lei que estende às religiões em geral os direitos conferidos à Igreja Católica no Brasil (PLC 160/2009).

O projeto trata dos direitos e garantias fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos. Com 19 artigos, estende a todas as religiões direitos como representações nas capelanias das Forças Armadas, criação e administração de universidades e prestação de serviços em hospitais e entidades de assistência social.

Foram convidados para

a audiência pública, entre outros, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Raymundo Damasceno Assis; o presidente da União Nacional Islâmica, Mohamad El Bacha; e o presidente da Federação Espírita Brasileira, Antonio Cesar Perri de Carvalho.

A proposta regulamenta os incisos VI, VII e VIII do artigo 5º, além do parágrafo 1º do artigo 210 da Constituição, para estabelecer mecanismos que assegurem o livre exercício religioso, a proteção aos locais de cultos e às liturgias e a inviolabilidade de crença, bem como o ensino da religião.

O autor do projeto, deputado

George Hilton (PRB-MG), assinala que é justo que haja as mesmas oportunidades atualmente garantidas à Igreja Católica às demais religiões.

O deputado diz defender a laicidade do Estado e o princípio da igualdade previsto na Constituição, observando que o projeto, quando aprovado,

poderá ser chamado de Lei Geral das Religiões.

Entre outras normas, a proposta garante o reconhecimento da personalidade jurídica das instituições religiosas. Ao desenvolverem atividades de assistência social, as pessoas jurídicas deverão ter todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios concedidos às entidades com objetivos semelhantes, previstos na atual legislação. Estabelece ainda imunidade tributária às pessoas jurídicas eclesiais e religiosas, conforme prevê a Constituição.



Manifestação no Rio de Janeiro no Dia de Combate à Intolerância Religiosa

Veja reportagem sobre intolerância religiosa: <http://bit.ly/Cidadania425>